

---Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e doze, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, no Edifício do Auditório da Casa da Música, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Concelho de Óbidos, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

---Ponto número um – Período antes da ordem do dia;-----

---Ponto número dois – Apreciação e eventual autorização prévia de repartição de encargos por vários anos económicos, conforme previsto no artigo seis da Lei número oito, barra, dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, relativo ao Protocolo com Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de Santa Maria para execução das obras de construção da Igreja de Gaeiras;-----

---Ponto número três – Apreciação e eventual autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais de forma a dar cumprimento ao estipulado no artigo seis, número um, alínea c), da Lei número oito, barra, dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso;-----

---Ponto número quatro – Apreciação e eventual autorização das condições gerais do Concurso Público para a cessão do Direito de Utilização da Igreja de São Tiago e Exploração da Grande Livraria de São Tiago, por aplicação do previsto na alínea q) do número dois do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de setembro, com a redação dada pela Lei número cinco A, barra, dois mil e dois, de onze de janeiro;-----

---Ponto número cinco – Eleição de representantes (efetivo e suplente) dos Presidentes das Juntas de Freguesia como um dos Delegados em representação do Município no Vigésimo Congresso Nacional (extraordinário) da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses (alínea a) do número dois do artigo seis dos Estatutos da ANMP);-----

---Ponto número seis – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do Município, de acordo com a alínea e) do número um do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove de dezoito de setembro, com a redação dada pela Lei número cinco A, barra, dois mil e dois de onze de janeiro;-----

---Ponto número sete – Período fora da ordem do dia – Intervenção do público.-----

---A Senhora Deputada Sílvia Sara Sousa Saramago renunciou ao seu mandato, por ter sido nomeada adjunta do Gabinete de Apoio Pessoal do Senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo sido substituída pela Senhora Deputada Ana Catarina Mateus Afonso, elemento a seguir na lista do PSD, que aceitou o cargo e tomou posse do mesmo nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal. Com a renúncia de mandato, a Senhora Deputada Sílvia Sara Sousa Saramago deixa de representar a Assembleia Municipal na Assembleia Intermunicipal do Oeste, passando a mesma a ser representada pelo Senhor Deputado Rui Miguel Matos Cosme Vargas Henriques.-----

---Tendo-se procedido à chamada, verificou-se a ausência dos Senhores Deputados Feliciano José Barreiras Duarte, Maria Cristina Fernandes Rodrigues, que foi substituída pela Senhora Deputada Gisele Catarina Rosário Martins Pereira, José Carlos Ribeiro Capinha, que foi substituído pelo Senhor Deputado Alexandre dos Santos Ferreira, Luís Carlos Guimarães de Carvalho, que foi substituído pelo Senhor Deputado José Carlos Correia Carvalho, Joana Filipa Tavares Nunes, André Filipe Freitas Duque, Hélder José Mineiro Mesquita, Sérgio Cláudio Correia Félix e Carlos Alberto Rodrigues Zina.-----

---Como faltou o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, a mesma ficou constituída, nos termos do regimento, pelo Senhor Deputado José Luís Rocha de Oliveira, Primeiro Secretário, que presidiu aos trabalhos e pela Senhora Deputada Celeste Maria Ferreirinho Afonso, Segundo Secretário.---

---Como havia quórum, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos, tendo posto à votação as atas números dois, de vinte e seis de abril de dois mil e doze, e número três, de vinte e quatro de maio de dois mil e doze, as quais foram aprovadas por maioria, com dezoito votos a favor e seis abstenções. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal leu a correspondência recebida, que foi a seguinte: Cartas de justificação de falta à reunião de vinte e quatro de maio de dois mil e doze, das Senhoras Deputadas Sabrina M. P. P. Ribeiro, Ana Catarina Brás de Carvalho e dos Senhores Deputados Sérgio Cláudio Correia Félix, Carlos Alberto Rodrigues Zina, Victor Manuel Pereira Mata, Hélder José Mineiro Mesquita e cartas de justificação de falta à presente reunião das Senhoras Deputadas Maria Cristina Fernandes Rodrigues, Joana Filipa Tavares Nunes e dos Senhores Deputados Feliciano José Barreiras Duarte, José Carlos Ribeiro Capinha, Luís Carlos Guimarães de Carvalho, André Filipe Freitas Duque, Carlos Alberto Rodrigues Zina, Sérgio Cláudio Correia Félix e Hélder José Mineiro Mesquita. Esta correspondência foi posta à disposição dos senhores deputados para consulta.-----

---O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou que a Câmara Municipal solicitou a inclusão de três novos pontos na ordem de trabalhos, a saber: - “Apreciação e eventual autorização da repartição dos encargos do procedimento referente à aquisição de upgrade, serviços de manutenção de software, formação, auditoria e consultadoria às aplicações GSE, GSP e MDD, por se tratar de um compromisso plurianual, conforme estipulado na Lei número oito, barra, dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro – LCPA”; - Apreciação e eventual autorização da repartição de encargos do procedimento referente à Prestação de Serviços de Transportes Urbanos, por se tratar de um compromisso plurianual, conforme estipulado na Lei número oito, barra, dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro – LCPA”; - “Apreciação e eventual autorização para a alienação de dois prédios no Bom Sucesso e consequentemente de novo reservatório e respetivos equipamentos no domínio municipal, nos termos da alínea i) do número dois do artigo cinquenta e três e alínea a) do número seis do artigo sessenta e quatro, ambos da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de setembro, com a redação dada pela Lei número cinco A, barra, dois mil e dois, de onze de janeiro”.-----

---O Senhor Deputado João Lourenço disse que não vai ter tempo para ver nada. São coisas importantes. Não concordam.-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos disse que, mais uma vez, cometem uma ilegalidade, com a apresentação de documentos em cima da hora, que é impossível analisar em dois minutos. Mais uma vez a Câmara Municipal foge às regras e pensa em ultrapassar a Assembleia Municipal, no sentido de propor assuntos que não são credíveis. Não é em dois minutos que se analisam, que se leem determinados pontos. Não faz sentido estarem a entregar documentos na hora. Sabem as regras dos sete dias úteis para entregar determinada documentação. O que vai acontecer é a abstenção.-----

---Como não houve mais intervenções, foi posta à votação a inclusão dos três novos pontos na ordem de trabalhos, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com quinze votos a favor e sete votos contra, passando a ser os pontos números seis, sete e oito, respetivamente. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---PONTO NÚMERO UM – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: - O Senhor Deputado Custódio Santos chamou à atenção para a grave situação do Concelho. Cada vez há mais insegurança, sucedem-se os assaltos e as tentativas de assalto a casas e bens, quer de noite, quer de dia. Isto passa a ser uma situação insustentável. Foi criada uma Comissão de Segurança, há mais de um ano, e nunca foram ouvidos sobre essa situação. As condições de vida e de segurança no Concelho estão a agravar-se dia após dia. Foi muito bonito virem os presos pintar os bonecos que têm a ver com a Seleção Nacional, passar na televisão, mas deparam-se ali com uma situação terrível, de lixo, de entulho, de abandono e de erva a crescer. Se calhar tem que trazer para ali as suas cabras para elas despontarem aquilo, para não crescer mais. Uma Vila turística, com tanta atração, que o Senhor Presidente da Câmara Municipal diz que passa a ser conhecida já a nível mundial, a Vila de Óbidos, tem o chafariz à entrada de Vila com água estagnada, cheia de bichos, com falta de zelo. A ver se alguém o despeja, já que não há quem o limpe e quem o zele. Chegou a estar limpo, com alguns peixes aquáticos. Parece que estão a desprezar isto ao

máximo. O Concelho está todo à deriva, está todo assim, está votado ao abandono. Há só uma freguesia urbana que está zelada e tem manutenção. O resto do Concelho foi votado ao abandono, com buracos nas estradas. As estradas já são remendadas com saibro, não é com tout-venant. Parte das estradas rurais têm mato a chegar de um lado ao outro, não são roçadas. A todo o momento ouve queixas das pessoas. As ruas e estradas rurais da Sancheira estão num caos, ninguém quer saber de nada.-----

---O Senhor Deputado Fernando Silva disse que queria realçar um momento importante que se passou esta semana e que se refere à educação, em particular, a importância da conferência internacional Óbidos Criativa. É um elemento muito importante para a educação do Concelho. Por um lado, porque permitiu um conhecimento e reflexão sobre novas visões pedagógicas, com especial incidência em modelos em que a criatividade tem um papel muito primordial e, por outro lado, também foi assinado o plano estratégico para a educação no Concelho de Óbidos, que surge como um compromisso assumido entre o Agrupamento de Escolas e a Câmara Municipal, mais particularmente, o Município de Óbidos, no sentido de definir um conjunto de princípios e estratégias que vão contribuir para a construção de um modelo educativo que permita o desenvolvimento educativo em Óbidos e esteja intimamente ligado à visão de desenvolvimento do nosso território. É particularmente importante, porque após terem feito nos últimos oito anos um avanço enorme a nível das infraestruturas educativas, que brevemente terminará com a execução da obra da Josefa de Óbidos, era importante passar para um segundo passo daquilo que é a visão estratégica da educação. Necessariamente seria partir para uma criação de modelo educativo próprio, no Concelho, que possa, naturalmente, ter particularidades muito especiais e que possa traduzir aquilo que se pretende, que é uma abordagem muito, muito forte, a nível da criatividade, a nível da inovação e a nível do empreendedorismo. Foi nesse sentido que delinearam um conjunto de princípios, de objetivos, estratégias, que os vão guiar na consecução deste modelo educativo, que pretendem para o Concelho de Óbidos. Têm pela frente um desafio muito importante. Esse desafio vai ter a participação de todos, professores, comunidade educativa, funcionários, toda a gente que trabalha neste momento na educação, porque só com a colaboração de todos é que é possível encontrar o caminho que pretendem e que possa vir a ser um referência local, nacional e até internacional. Não é só ter boas escolas, do ponto de vista físico, e modelos que são reconhecidos internacionalmente. É preciso criar um modelo educativo que possa também e, naturalmente, ser considerado a nível nacional. Têm um desafio pela frente, muito grande. Estão em condições de o enfrentar e, por isso, quer o Agrupamento, quer a classe docente, quer a comunidade educativa e o Município de Óbidos, enfrentarão, de certeza, com muita vontade e com muito empenho esse novo desafio para a educação.-----

---O Senhor Deputado Luís Oliveira disse que queria reforçar as palavras do Senhor Deputado Fernando Silva. Esta conferência internacional foi realmente um marco na educação em Óbidos. Tiveram oportunidade de terem os melhores pedagogos portugueses da atualidade, entre outros oradores portugueses e alguns oradores estrangeiros. Tiveram uma comitiva de Reggio Emilia, que é apenas um dos melhores contextos internacionais de educação. Tiveram oportunidade de os ter cá a partilhar práticas de excelência com os professores, com os educadores. Começaram a construir uma Comissão Científica, também composta por estes ilustres convidados, para começarem a trabalhar com os agentes educativos de Óbidos, um modelo curricular e um modelo pedagógico local, partindo da identidade de Óbidos, partindo das características da comunidade e tentando criar um modelo pedagógico que possa servir melhor as crianças, que as possa enriquecer e que possa fazer com que elas aprendam de uma forma criativa e de uma forma que seja útil no seu futuro. Acha que Óbidos está de parabéns pela iniciativa, porque foi, sem dúvida, uma das melhores conferências nacionais de dois mil e doze.-----

---O Senhor Deputado João Lourenço perguntou se a Câmara Municipal já decidiu alguma coisa, ou tem em mente alguma coisa, sobre a homenagem ao falecido Presidente Pereira Júnior. Perguntou, também, se a Câmara Municipal pode adiantar alguma coisa sobre o problema, muito importante, muito grave e muito

melindroso, das Freguesias. Para que isso não fique para a última hora, a Lei das Freguesias dá noventa dias para ser feita a reestruturação. Esses noventa dias vão-se situar no dia quinze de agosto. Isso vai obrigar, certamente, a uma Assembleia Municipal extraordinária. Gostava de saber se já pode dar algumas indicações. O que é que a Câmara Municipal pensa fazer, porque, certamente, ainda está a estudar, mas já começou a fazê-lo. Deve já estar a pensar nisto, maduramente. Perguntou se podia adiantar qualquer coisa sobre o que pensa e dar algumas ideias, porque também têm que pensar para poderem ter opinião. Não é com oito dias de antecedência, prazo da convocatória, que se vão preparar para um assunto melindroso e tão importante. Se for possível, o que é que a Câmara Municipal já está a pensar a esse respeito e se lhes vão dando informação sobre as intenções, para todos poderem contribuir e colaborar e para quando chegarem aos tais últimos oito dias, cada um já ter ideias sobre isto.-----

---O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal disse que relativamente aos grafites que têm no edifício antigo dos Bombeiros, não iam fazer a limpeza dos mesmos antes de terminar o Euro dois mil e doze. Muito rapidamente vão pintar e evitar que isso possa ferir a vista do Senhor Deputado Custódio Santos e a outros que, por diferentes sensibilidades, possam não gostar tanto daquela arte. Tiveram duas intervenções sobre dois dias muito importantes para o Concelho de Óbidos. É o dia de uma viragem, depois de muito anos de investimento em componentes materiais e também do investimento que tem vindo a ser feito, quer pelo Agrupamento, quer pela Câmara Municipal, quer pela própria comunidade educativa, as famílias e a sociedade civil em geral. Estes anos têm servido para fazerem alguns testes, ver como é que podem melhorar, como é que podem repensar e às vezes fazer um certo recuo e um certo distanciamento para perceberem qual é o modelo educativo que pretendem, ou melhor, que metodologias é que podem ter para chegarem aos objetivos que têm. Esta conferência internacional foi importantíssima, não só pelos contributos que tiveram de grandes cabeças do nosso país e do mundo internacional, nomeadamente Reggio Emilia, mas, sobretudo, por um compromisso. Um compromisso que foi outorgado entre o Agrupamento e a própria Câmara Municipal. Hoje vivem um tempo de reorganização e de organização. Este ato, que para muitos possa ser entendido como um ato simbólico, é muito mais do que isso. É um marco de viragem. É um marco de quem tem uma visão para o sistema educativo, para o desenvolvimento territorial, para o desenvolvimento económico. Está vertido um conjunto de pressupostos, de princípios, com vários objetivos, neste plano estratégico para a educação. É muito interessante ouvir destas grandes cabeças, que têm no país, que pensam as novas práticas educativas e que pensam como é que podem fazer com que os jovens possam ser mais criativos, mais inovadores. Uma recomendação é terem de construir um veículo para consubstanciar, de facto, aquilo que precisam. Os Senhores Deputados, na última Assembleia Municipal, fizeram a aprovação de um novo veículo e de um veículo que, efetivamente, tem entre si um grande objetivo que é, precisamente, a questão da educação, mas a questão da educação do ponto de vista conceptual. Já têm os veículos, já têm os princípios, já têm a visão, agora é passar ao terreno. Estes dois dias foram dias de viragem, porque a partir de agora é começar a erguer o edifício, que é difícil de ver, mas que vão, daqui a cinco, seis, sete, oito, nove, dez anos, ver o resultado de todo o investimento que fizeram para trás e a partir de agora. Regozijou-se com esta iniciativa, que está amarrada a toda a estratégia de desenvolvimento territorial, que o Município teve, desde há dez anos. Relativamente à homenagem ao ex-Presidente Pereira Júnior, ainda não houve decisões, mas, com certeza, que serão avaliados e depois transmitidos e apreciados pela Assembleia Municipal. Sobre as freguesias disse que há muita coisa em que vão à frente, mão há uma que o PS já foi à frente. O PS foi o primeiro a começar a dizer que se deviam fundir duas Freguesias, na pessoa do Senhor Vereador José Machado, Santa Maria e São Pedro. A Câmara Municipal tem tido aqui um papel de estrita moderação, na medida em que criaram, também, uma outra figura institucional, que é a Associação de Freguesias e tem sido esta Associação, em reunião com todos os Presidentes de Freguesia, a construírem, eles próprios, uma proposta de reorganização administrativa. Proposta essa que será

discutida numa próxima Assembleia Municipal extraordinária, convocada para o efeito, para discutirem exatamente essa reorganização. A proposta que virá à Assembleia Municipal é uma proposta que resulta do entendimento de todos os Presidentes de Junta, num órgão próprio que têm, que é a Associação de Freguesias. A Câmara Municipal apenas ouviu e é ela que, na figura da Lei da reorganização, faz a proposta à Assembleia Municipal, mas a Assembleia Municipal é soberana para tomar as decisões que entender. Compreende que esta matéria da reorganização das freguesias poderá ser muito complicada, em determinados Concelhos. Daquilo que lhe é dado a conhecer é uma questão que não levanta celeumas, mas levanta grandes atritos, grandes dificuldades na compreensão. Há uma coisa que acha que não devem perder, que é a identidade. A identidade de Santa Maria, a identidade de São Pedro, seja de que freguesia for. Se fizerem isso vão saber fazer uma boa proposta e os concidadãos não criarão qualquer relutância em aceitar essa proposta.-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos disse que já se habitua às respostas do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal. Faz que não percebe as questões que são colocadas. Não disse que lhe estava a fazer diferença os bonecos que estão no antigo quartel, nem ouviu ninguém dizer que aquilo estava em questão, os bonecos. Disse que estava em questão era o zelo por aquele sítio, pelo antigo armazém da Câmara Municipal e pelo antigo quartel dos Bombeiros. O lixo que lá está, o entulho que é lá vazado e a erva que já cresceu. Na paragem de autocarros, ao lado do Banco, está um quintal cheio de erva, no qual, a qualquer momento, pode cair uma beata de cigarro ou haver uma maldade qualquer e mete aqueles moradores em perigo. No antigo campo de futebol, no parque de estacionamento, está tudo na mesma situação. O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal tire um bocadinho e vá ver as situações que lhe são colocadas, para que compreenda a tristeza e o que poderá suceder. Já não está a focar os assuntos que tem trazido a quase todas as Assembleias Municipais. Os buracos que existem por aí fora, nas bermas das estradas e o perigo que pode advir daí para os cidadãos, tanto a transitar a pé, como em veículos próprios ou urbanos. As obras que foram feitas a mais, por causa das linhas de média tensão. Fizeram um aparato, a dizer que tinham passado muito bem no retrato, por terem as bombas de combustível naquele sítio. Os trabalhos a mais ainda não estão concluídos. Os passeios ainda estão arrombados. Os montes de calçada ainda estão amontoados. Nada foi repostado. Tenha respeito pelos cidadãos, pelos munícipes deste Concelho.-----

---O Senhor Deputado José Botelho disse que intervém agora, relativamente àquilo que já tem vindo a ser um hábito de boa disposição do Senhor Deputado Custódio Santos. Essa boa disposição era estar assustado com os espantalhos da criatividade e com os bonecos da Seleção Nacional. Hoje vem de ter andado a pastar as suas cabras, que trouxe há pouco à coação. Ainda agora foi refeito aquele espaço do edifício, comprado pelo Município, à Porta da Vila, e foi cedido, para os santos populares, à Sociedade Musical e Recreativa Obidense. Está um espaço fantástico. Seria bom para animar a boa disposição que também o Senhor Deputado Custódio Santos o frequentasse, agora que vão para o São Pedro. Isso anima, traz boa disposição, não veem tudo tão negro, como os buracos dos caminhos rurais, como esta ideia de das nove freguesias há uma que é boa e que os outros oito Presidentes das Juntas de Freguesia não são bons. Conhecem-nos, sabem o trabalho que fazem e qual é a qualidade do produto acabado, quer dos Presidentes das Juntas de Freguesia, quer da Câmara Municipal. É preciso, também, ter alguma memória relativamente ao que estão a fazer ali, na Praça da Criatividade. Foi aprovado o projeto para fazerem daquele espaço exatamente o contrário do que lá está. Assusta-se se, qualquer dia, na Praça da Criatividade, quando estiver feita, vir lá a pastar as cabras do Senhor Deputado Custódio Santos. Aí é que pode ficar preocupado. Agora como está, está para construção, para requalificação e reabilitação e, ainda bem que está, porque essa intervenção está a ser feita e já foi, de resto, aprovado. Aqui há zelo, há ardor, em fazer acontecer. Não há qualquer ideia de desmazelo ou desleixo como foi, de algum modo, pretendido deixar cair. Não têm que estar sempre a ver tudo negro, quando as coisas têm luz e têm cor.----

---A Senhora Deputada Ana Carvalho disse que gostaria de fazer um pedido ao Senhor Deputado José Botelho. Acha que foi extremamente de mau tom, de uma pessoa que se considera com tanto nível, estar a referir-se, de uma forma tão pejorativa, à questão do pastar as cabras e de uma forma tão feia. Acha que a intervenção do Senhor Deputado José Botelho foi muito feia.-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos disse que o Senhor Deputado José Botelho costuma dizer que ele pensa que está na Coreia do Norte. Por isso é que falou logo, no sentido de lhe dizer que não conhece a mesma, nem sabe o que se lá passa. Tem a ver é com o Concelho de Óbidos e o que se passa no mesmo. Já referiu, ultimamente, que o Senhor Deputado José Botelho se reveja no seu partido e nos representantes do mesmo, até na Assembleia Municipal, onde é que eles estão, onde é que eles vão e no passado do seu partido. Se pasta cabras é com respeito pelos outros e por si próprio. Nunca faltou ao respeito a ninguém. O Senhor Deputado José Botelho acha que é estar a excitar as pessoas e a provocar que resolve as situações. Era muito mais bonito que fosse ver as situações de que fala na Assembleia Municipal, que são credíveis, estão à vista de todos. O Senhor Deputado José Botelho vem da sua vida, diretamente para a Assembleia Municipal, e nem sequer sabe o que se passa à Porta da Vila. Está-se a falar em alhos e ele em bugalhos. Como é que sabe o que se passa na Vila de Óbidos e no Concelho. Isto é uma tristeza autêntica. Assente bem os pés no chão e saiba o que vem fazer. Não venha excitar quem não o excita e quem não se mete na sua vida particular. Não lhe faz diferença alguma que as paredes estejam pintadas com os bonecos que lá estão. O que faz diferença é a lixeira que lá está, a erva que está rebentada, que não é tão pequena como isso. Vá aos quintais do Banco e ao estacionamento e veja. O Senhor Deputado José Botelho é que não vê, nem quer saber.-----

---O Senhor Deputado José Botelho disse que quem trouxe as cabras a pastar nos Bombeiros e na Praça da Criatividade foi o Senhor Deputado Custódio Santos. Quanto a esse assunto estão resolvidos sobre quem o trouxe à coação. Não está disposto a este tipo de ataque de que não sabe o que se passa aqui, não tem os pés assentes na terra, não faz a menor ideia do que aqui se passa e de vez em quando aparece aqui para lançar umas bombas. Não permite isso. O Senhor Deputado Custódio Santos diz, e mal, que na bomba da gasolina não foi repostado o pavimento. Faz aquilo, todos os dias, quando cá está, e está muitas vezes, a pé, para aproveitar a obra da Câmara Municipal e ir nadar à piscina. Sabe muito bem em que estado está e está repostado, está feito. Se o Senhor Deputado Custódio Santos diz que ele não sabe sequer o que se passa à Porta da Vila, é melhor percorrer esse caminho pedonal, que está reabilitado, para fazer um reconhecimento.-----

---Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

---PONTO NÚMERO DOIS – APRECIÇÃO E EVENTUAL AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS POR VÁRIOS ANOS ECONÓMICOS, CONFORME PREVISTO NO ARTIGO SEIS DA LEI NÚMERO OITO, BARRA, DOIS MIL E DOZE, DE VINTE E UM DE FEVEREIRO, RELATIVO AO PROTOCOLO COM FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE SANTA MARIA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA IGREJA DE GAEIRAS: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número três mil e setenta e três, de dezoito de junho do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual autorização prévia a

Repartição de Encargos por vários anos económicos, conforme previsto no artigo seis da lei número oito, barra, dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, relativo ao protocolo com Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Santa Maria para execução das obras de construção da Igreja de Gaeiras.-----

---O Senhor Deputado José Coutinho disse que a sua intervenção tem a ver com uma leitura transversal que fez aos pontos da ordem do dia e tem a ver com esta coisa chamada Lei oito. Não sabe se isto já foi refletido, de alguma forma, pelos Senhores Deputados, mas uma das coisas que mais o preocupa, neste momento, é precisamente esta questão da Lei oito. Os Municípios, em geral, veem-se a braços aqui com um problema que é trazer às Assembleias Municipais procedimentos que são, no passado, perfeitamente

normais. O que está aqui em causa, em todos os ajustes diretos, simples, ou não, que são despachados normalmente pelo Executivo, seriam ações correntes da atividade do Município, agora têm que ir às Assembleias Municipais. Se os procedimentos estão perfeitamente encaixados no caderno de encargos da Lei, o certo é que a blindagem da Lei resulta numa redundância das decisões. Portanto, em termos práticos, sente-se obrigado a votar favoravelmente a forma, mas não sabe qual é o conteúdo. Isto, pensa, deve ser alvo de alguma reflexão. Na prática, o que estão a fazer, com este tipo de procedimento, é criar redundâncias. No passado isto era dispensável. Agora, porque é que é necessário? O Município de Óbidos não tem culpa nenhuma disso, nem nenhuma autarquia local do país tem. Isto obriga a encargos, obriga a um conjunto de gastos perfeitamente evitáveis, em nome da eficiência e eficácia. Isto era uma questão que acha que era importante todos refletirem um bocadinho e repensar uma coisa chamada CPA e outra coisa chamada CCP. Parecem siglas de países distintas, que também deveriam ser extintas, porque, de facto, isto não melhora nada a transparência do país. Ainda há pouco, um livro célebre, de um Juiz Jubilado do Tribunal Constitucional e do Tribunal de Contas, invocava precisamente esta aclarar e este intensificar deste tipo de regras. Só que isto resulta num país de burocratas e de criadores de propaganda legislativa, que é isto que se trata. Açam que as coisas são mais fiscalizadas fazendo mais regras e mais procedimentos sobre a mesma coisa e, no entanto, as pessoas, não sabem o que é que andam a fazer. Isto não produz nada. Isto produz redundância, absoluta redundância. É isto que a troika não quer. No entanto Portugal está a fazer o contrário, neste tipo de coisas. O que está aqui, do ponto de vista legal, tem alguma experiência pessoal e profissional nesta matéria, é perfeitamente blindado do ponto de vista legal. Está certo, está correto. A forma está perfeitamente certa. No entanto lê os documentos e não sabe, exatamente, aquilo que está a estudar, não sabe, exatamente, o que é que está a apreciar. Recomenda, vivamente, ao Município, que considera uma terra inteligente, que se calhar fazia falta uma pecinha muito simples, que era boa para todos, que era uma memória descritiva, não técnica, para uma criança entender, para desmitificar isto. Estão a cumprir com a Lei. O Município está a fazer bem. No entanto isto não produz contributo nenhum para ninguém.-----

---O Senhor Deputado Eduardo João saudou e recordou que este ponto vem dar cumprimento a uma deliberação que já foi retificada pela Assembleia Municipal, aquando da aprovação do protocolo de aceitação da doação feita pelos herdeiros ao Município, da parcela para a construção da Igreja e que tem prazos. Isto tem que estar concluído até trinta e um de dezembro de dois mil e catorze. Deixou uma nota de regozijo e satisfação por o Município estar a fazer aqui um esforço, no sentido de contribuir com uma parte, para que a Igreja seja possível. Deixou também a nota de que num momento difícil, que todos atravessam, e a que ninguém está alheio das dificuldades, a Comissão da Construção da nova Igreja corre o risco de assumir uma obra com quatrocentos e quarenta e três mil euros, que tem um objetivo e é parte de uma luta de mais de vinte anos, desde a primeira pedra, daquela população. Deixou ainda uma nota de agradecimento e reconhecimento público pelo esforço que o Município está aqui a fazer, igual àquele que a população tem que fazer. Têm a engenharia financeira, para este projeto, concluída. Vão, com certeza, dar resposta a esta necessidade, com o envolvimento de todos. Só após a aprovação pela Assembleia Municipal é que a Comissão de Construção vai fazer a assinatura do contrato com o construtor, que foi devidamente selecionado pelo júri, depois de dezassete empresas terem levantado o caderno de encargos, doze terem entregado, sete estarem presentes na abertura das propostas públicas e se ter encontrado, pelo júri, aquela que faz melhor preço e que, na sua opinião pessoal, e membro da Comissão de Construção, tem valores muito realistas e demonstra uma vontade enorme de construir a Igreja. Dado que faz parte da Comissão de Construção, que é parte interessada, não participa na votação deste ponto.-----

---O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal disse que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gaeiras já referiu, bem, o que representa para aquela Freguesia, mas mais do que para a Freguesia, para aquela população. Um velho sonho, com mais de vinte anos, que hoje podem ver, com maior

possibilidade, erguer. O Município está a fazer um esforço. Há esse compromisso. Mas há, também, um compromisso entre o Município e a própria Paróquia, que obriga a que a população se mobilize para encetar um conjunto de iniciativas, para angariar mais recursos para a construção, quer seja da primeira fase, quer seja, também, da segunda fase. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia teve uma iniciativa, que tem vindo a público, em muitos jornais, com o leilão online de uma peça que retrata o Cristiano Ronaldo, aproveitando uma criativa que têm na Freguesia, para aumentar os recursos financeiros. São iniciativas como esta e também de envolvimento da própria população para construção da Igreja, que o Concelho precisa de aprender, para fazer muitas outras coisas. Sobre a reflexão do Senhor Deputado José Coutinho, referente à matéria da Lei oito, disse que aquilo que o Senhor Deputado José Coutinho colocou aqui e enfatizou muito, tem muito a ver com a sua experiência da Lei oito, com a sua convivência, na medida em que também ele vive sujeito a essa própria Lei. Compreende que muitos outros não terão a verdadeira noção daquilo que é o constrangimento que a Lei oito veio criar sobre a totalidade das autarquias, sobre a totalidade dos órgãos da Administração Pública Central, intermédia a todos. Não foi só nas Autarquias, foi em todos os casos. A Lei oito está blindada, nalguns aspetos, bem blindada. O país precisava de algumas regras, de alguma Lei travão. Não precisava, efetivamente, de Leis que viessem aumentar a necessidade de aumento de custos administrativos, como os que estão a viver, sobre a publicação da Lei oito e, agora, do Decreto-Lei regulatório da própria Lei. Aquilo que preocupa o Senhor Deputado José Coutinho preocupou a Câmara Municipal, que fez várias propostas de adenda ao projeto de Decreto-Lei, porque não tiveram hipótese de contribuir para o projeto de Lei. O projeto de Decreto-Lei foi muito condicionado pela Lei, que foi publicada, mas ainda assim, conseguiram melhorar, nalguns aspetos, o próprio projeto de Decreto-Lei. Não é perfeito, está longe disso, mas está muito condicionado, como dizia, pela própria Lei. Há coisas tão caricatas como isto. Se por um lado a Lei procura que os Municípios ou a Administração, de um modo geral, não assumam compromissos sem ter fundos disponíveis, para não aumentar o seu stock da dívida, mas, pelo contrário, para reduzir o seu stock da dívida, vem também, esta própria Lei, criar um outro aspeto negativo. Aqueles Municípios que têm muita liquidez e que têm dinheiro disponível para fazer pagamentos, para ajudar a economia, pagamentos de compromissos anteriores, acabam por não o fazer e preferem guardar esse dinheiro em caixa, para alguma derrapagem que possa existir, a fim de evitar penalizações no futuro, com esta regra que não posso aumentar a minha dívida em relação ao mês anterior. Há aqui dois tabuleiros em que têm que jogar. Terem que ter esta segurança, leva a que a própria economia, os próprios fornecedores, sejam penalizados, em vez de serem beneficiados. Considera que houve aqui, de alguma maneira, um ataque à autonomia do poder local e às regras do mesmo. Nalguns casos justificava-se, mas era preferível ter metido objetivos macros e os meios eram utilizados por cada órgão, eleito democraticamente. Esta repartição de encargos, que deriva da própria Lei, é feita, mas com a total segurança de que têm fundos disponíveis para assumir esta repartição. Apesar de formalmente não estar escrito, só com a assinatura deste protocolo é que têm que verificar os fundos disponíveis. Se existem ou não existem. No caso particular da Igreja, verificaram que têm fundos disponíveis para outorgar o protocolo.-----

---Como não houve mais intervenções, foi a Repartição de Encargos por vários anos económicos, conforme previsto no artigo seis da lei número oito, barra, dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, relativo ao protocolo com Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Santa Maria para execução das obras de construção da Igreja de Gaeiras, posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---PONTO NÚMERO TRÊS – APRECIACÃO E EVENTUAL AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS DE FORMA A DAR CUMPRIMENTO AO ESTIPULADO NO ARTIGO SEIS, NÚMERO UM, ALÍNEA C), DA LEI NÚMERO OITO, BARRA, DOIS MIL E DOZE, DE VINTE E UM DE FEVEREIRO, LEI DOS COMPROMISSOS E DOS

PAGAMENTOS EM ATRASO: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número três mil e setenta e quatro, de dezoito de junho do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação prévia a assunção de compromissos plurianuais de forma a dar cumprimento ao estipulado no artigo seis, número um, alínea c), da Lei número oito, barra, dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, a saber: - Seleção de Serviços de Vigilância Humana por Rondas em Vários Edifícios; - Fornecimento de Energia Elétrica para as Instalações Alimentadas em Média Tensão (MT), Baixa Tensão Especial (BTE) e Baixa Tensão Normal (BTN) do Município; - Prestação de Serviços de Certificação Legal de Contas e auditoria externa às contas de dois mil e doze, barra, dois mil e treze; - Fornecimento de Combustíveis Rodoviários.-----

---Como não houve intervenções, foi a assunção de compromissos plurianuais de forma a dar cumprimento ao estipulado no artigo seis, número um, alínea c), da Lei número oito, barra, dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com vinte e três votos a favor e uma abstenção. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---PONTO NÚMERO QUATRO – APRECIÇÃO E EVENTUAL AUTORIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES GERAIS DO CONCURSO PÚBLICO PARA A CESSÃO DO DIREITO DE UTILIZAÇÃO DA IGREJA DE SÃO TIAGO E EXPLORAÇÃO DA GRANDE LIVRARIA DE SÃO TIAGO, POR APLICAÇÃO DO PREVISTO NA ALÍNEA Q) DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE, BARRA, NOVENTA E NOVE, DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI NÚMERO CINCO A, BARRA, DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO: - Presente o ofício da Câmara Municipal de

Óbidos, número três mil e sessenta e nove, de dezoito de junho do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual autorização, as condições gerais do Concurso Público para a cessão do Direito de Utilização da Igreja de São Tiago e Exploração da Grande Livraria de São Tiago, por aplicação do previsto na alínea q) do número dois do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de setembro, com a redação dada pela Lei número cinco A, barra, dois mil e dois, de onze de janeiro.-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos disse que não está a ver bem, estar-se a privatizar uma Igreja, um património cultural que faz parte de uma cultura dos nossos antepassados. É uma Igreja que substitui o passado de uma tribo que, certamente, se chamava a tribo de Santiago. Acha bem que a Igreja continue a fazer o que tem feito até aqui, exposições e tudo quanto é público e de cultura. Agora transformar aquilo numa tasca, numa boate. Entretanto, se calhar, até a muralha é privatizada. Quer ver, se no seu tempo, não chega à Porta da Vila e tem de pagar uma senha para entrar em Óbidos. Já falta pouco, porque os moradores de Óbidos, aos poucos, acabam. Isto acaba por ser um paraíso de uma certa classe, que não tem nada a ver com o património, nem com a Vila. Com muito respeito por todos, não concorda com aquela situação. Acha que é uma das Igrejas com o património mais bonito. Acha que não deve passar para a parte privada, deve continuar a ser público e deve continuar a ter exposições. Devia-se de ir buscar a história daquela Igreja e das outras. Fala-se tanto em cultura e elevar Óbidos a património mundial. É assim, com estas deliberações, que a Câmara Municipal vai no mau sentido. Não sabe onde é que isto vai parar. É pastor e gosta de ver e controlar a natureza, no bom sentido, não é na destruição da cultura.-----

---A Senhora Vereadora Anabela Corado disse que se calhar estão a andar um bocadinho em frente, porque, para que tudo isto se concretize, é necessário uma formalidade, apesar de haver muitas pessoas avessas a formalidades, mas são elas que garantem alguma civilização. Se o Patriarcado não concordar, ou não der o seu consentimento, nada disto se concretiza. Se calhar estão a discutir ainda um bocadinho mais à frente. Perguntou se já foram encetadas negociações com o Patriarcado de Lisboa, com quem e quando. Se já existe autorização e se essa autorização é escrita, porque é só essa que interessa para este

caso e para todos os outros. Se já existe, que lhes seja remetida.-----

---O Senhor Deputado João Lourenço disse que o problema que se põe aqui é que o protocolo que existe entre a Câmara Municipal e as Igrejas não dá autorização para transformar aquilo em livraria, no seu entender. Por isso, não podem aceitar isto. Se já há, muito bem. O que era correto era fazer uma reformulação do protocolo e não uma autorização avulsa. Isso é outra maneira de analisar o assunto. O protocolo que existe não permite isso.-----

---O Senhor Deputado José Botelho disse que a Igreja de São Tiago já há muitos anos que está desafetada ao culto. Está afetada a finalidades culturais da Câmara Municipal. Foi transformada em auditório municipal e, posteriormente, em centro de exposições. O facto de se tratar de uma Igreja que está, ou não está, afeta ao culto. Essa desafetação já foi feita há décadas. Por aí não há novidade. Não é auditório, porque não é necessário, porque existe o da Casa da Música. A cedência do uso da Igreja de São Tiago foi feita pelo Patriarcado de Lisboa à Câmara Municipal, por cinquenta anos, para fins culturais. Essa cedência foi feita, existe, está no protocolo que anexa este projeto de deliberação da Assembleia Municipal. A finalidade do uso é mantida. É feita comunicação à parte que outorgou o protocolo de dois mil e sete, que sustenta a deliberação. Do ponto de vista formal não lhe parece que haja qualquer impedimento, qualquer questão prévia, para que a Assembleia Municipal possa deixar de se pronunciar, porque está dentro do âmbito do protocolo de cedência. Concorda com o projeto. Hoje, está um espaço vazio, sem qualquer utilidade, sem qualquer uso. Valorizar aquele espaço, que até é estratégico, no sítio onde está, relativamente à Vila, à dignidade que tem. Também não tem aquela dignidade que tem a Igreja de São Pedro ou de Santa Maria, porque se trata de uma reconstrução do século dezoito, numa altura em que, depois do terramoto de cinquenta e cinco, não havia dinheiro para muitas coisas. Não tem aquela riqueza da Igreja gótica que vem substituir uma tribo de celtiberos chamados Santiagos. Esse uso cultural que é o que está afeto ao Município e que tem obrigação de potenciar, de ativar, é o cumprimento de uma obrigação. O projeto que está descrito não é só de uma livraria. É de uma livraria com projeto de animação cultural, com projeto de divulgação de natureza literária, com projeto de divulgação de iniciativas culturais da edição de locais e até o peso da programação, da qualidade do projeto, é fantástica, é de setenta e cinco do preço. O preço está ali medido, vinte e cinco por cento em euros e setenta e cinco por cento em qualidade do projeto, em qualidade de programação. Esta exigência que o Município faz na cessão de exploração que se permite fazer é particularmente inovatória. Não se trata daquela questão de dás para aí uma moedas e fazes o que quiseses. Não é nada disso. Esta exigência na programação, nas iniciativas, na qualidade de projeto é de louvar. Não se trata de uma visão puramente economicista dos meios culturais, mas de uma visão de dinamização da cultura em Óbidos e fazer, daqui, um polo de atração de uma rede, em que esta mega livraria é muito mais que uma livraria, é um minicentro cultural, que se propõe fazer. Trata-se de um projeto muito mais amplo do que o de uma simples livraria. Com este tipo de exigências que são inovatórias e que são corajosas. Congratula-se, não lhe parece que haja qualquer questão formal que, como questão prévia, possa dificultar a apreciação e aprovação.-----

---O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal disse que de repente, no meio das questões formais e até questões de alguma indelicadeza, perante um projeto tão interessante, estava a ficar estarrecido, a pensar que o Município afinal não soube informar a Assembleia Municipal e não foi capaz de se fazer ouvir. Ninguém falou na importância da substância do projeto. Este projeto é um projeto de que todos vão ter orgulho e vão afirmar, no futuro, que participaram naquela decisão. Uns, com certeza, vão recordar isso com um certo sentimento de que afinal estavam enganados. Outros vão sentir que foram parte contributiva de um projeto de nível local, mas com uma dimensão nacional, diria até, uma dimensão internacional. A maneira que têm, ao contrário daquilo que o Senhor Deputado Custódio Santos referiu, para que o território e a Vila de Óbidos se afirmem e, continuem a afirmar, é terem projetos âncora que levem a que as pessoas venham a Óbidos, sistematicamente. A livraria de São Tiago não é uma livraria

qualquer. Não é uma livraria que vão a Lisboa e compram livros. Não é nada disso. É uma mega livraria, com livros e edições específicas, que só encontram em Óbidos. É uma livraria que procura criar uma rede de livrarias, e este é o ensejo da Câmara Municipal, em termos de todo o território. Que não seja só em Óbidos, mas que se possa fazer noutros sítios e que possa ser um local onde todos aqueles que pensam em literatura se lembrem de Óbidos. Tratar isto da forma como ouviu muitos a falar sobre um projeto de uma dimensão nacional, é pouco digno, ou então os Senhores Deputados andam distraídos, É não perceber nada do que se está a passar. Ou então, e não quer acreditar nisso, é tentar desvalorizar aquilo que de bom fazem em favor dos outros. Esta lógica de privatização, lucro, medos, já chega. Tem o maior respeito pelo Senhor Deputado Custódio Santos, mas acha que às vezes se estica. Não lhe leva a mal, mas acha que deve ter mais calma, ser menos apressado na forma como faz as apreciações. Se lesse o programa de concurso, teria concluído que a intenção não é uma questão de maximização de lucro. Quantas vezes foram ao auditório de São Tiago, ou à Igreja, nos últimos quinze, vinte anos? Quantas iniciativas foram feitas ali? Foram algumas iniciativas no âmbito dos eventos. É para darem, de facto, a dignidade que o património precisa e socializarem o mesmo, porque não vale de nada terem património se não o socializarem. Essa é a pior maneira de tratar o património. Ter um projeto tão interessante como este, naquele espaço, é o melhor que lhes pode acontecer. Tem pena de não ter mais espaços daqueles. Se tivessem mais espaços daqueles, era muito mais fácil a afirmação internacional. Não tenham a menor dúvida de que com projetos, com as ideias que têm, conseguiam superar grandes cidades europeias. Os Senhores Deputados sabem que aprovaram um protocolo que deu autorização de utilização do espaço durante cinquenta anos, para efeitos culturais. Sobre essa matéria não há aqui questões formais que o Município tenha violado. O que pode haver, e isso é uma outra questão, é uma questão de ética, ou uma questão de bom relacionamento, mas não é formal, que é perguntar à Fábrica da Igreja qual é a sua visão sobre aquele espaço. Sobre essa matéria já houve a indicação de que concordavam com isso. Procurar armadilhas para protelar projetos de interesse nacional, fica mal. Mas os Senhores Deputados saberão que posição querem ocupar daqui a uns tempos.-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos disse que tinham aí muitos locais. Entram em contacto com o Patriarcado de Lisboa. Têm a Igreja de São João e têm outras. Faça delas livrarias, com uns comes e bebes à mistura. Se eles autorizarem, tudo bem. Não lhe faz diferença nenhuma. Entrou mais vezes na Igreja de São Tiago do que o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal. Conhece a Igreja de São Tiago e todas as outras, por fora e por dentro. Não é contra as Igrejas, não é contra a religião. Acha que devem ter respeito absoluto pela cultura e pelo património. O Senhor Deputado José Botelho vá, ao longo da história, ver o que é que representa estas Igrejas todas, no passado, e porque é que elas apareceram e foram construídas. Gostava de saber. Os munícipes e os moradores deste concelho é que vão julgar as boas ações da Câmara Municipal.-----

---Como não houve mais intervenções, foi a autorização das condições gerais do Concurso Público para a cessão do Direito de Utilização da Igreja de São Tiago e Exploração da Grande Livraria de São Tiago, por aplicação do previsto na alínea q) do número dois do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de setembro, com a redação dada pela Lei número cinco A, barra, dois mil e dois, de onze de janeiro, posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com dezassete votos a favor e sete votos contra. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---Foi presente a declaração de voto do Grupo Municipal do PS, que a seguir se transcreve: “Declaração de Voto – O Grupo Municipal do PS votou contra o pedido de autorização das condições gerais do Concurso Público para utilização da Igreja de S. Tiago em exploração de uma Livraria, com os seguintes fundamentos: Um – No Caderno de Encargos apresentado refere-se que a Livraria insere-se numa “dinamização económica” que tem em vista “uma nova atividade económica”; Dois – No artigo catorze de tal documento refere-se expressamente, entre outros pontos, que o concessionário tem direito “a

explorar, em regime exclusivo, a Igreja de S. Tiago como Livraria”. E na cláusula vinte e oito – Título II – a Igreja é designada por “estabelecimento”; Três – Todo este regime tem um caráter eminentemente económico-mercantil que é frontalmente violador dos princípios e das regras expressas no Protocolo de Acordo celebrado entre o Município e o Patriarcado de Lisboa (Paróquias de Santa Maria e S. Pedro) o qual teve intenção de salvaguardar a natureza cultural e religiosa dos templos; Verifica-se, por último, que o objetivo do Concurso em apreciação desrespeita a “dignidade originária” do edifício referido na alínea f) do ponto quatro do Protocolo. Por todos estes motivos, o nosso voto só podia ser o voto contra.”.-----

---PONTO NÚMERO CINCO - ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES (EFETIVO E SUPLENTE) DOS PRESIDENTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA COMO UM DOS DELEGADOS EM REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO NO VIGÉSIMO CONGRESSO NACIONAL (EXTRAORDINÁRIO) DA ANMP – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES (ALÍNEA A) DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO SEIS DOS ESTATUTOS DA ANMP):

- Presente a circular número oitenta e seis da Associação Nacional de Municípios Portugueses, chamando à atenção para a necessidade da Assembleia Municipal proceder à eleição do Presidente de Junta de Freguesia, bem como do seu substituto, para participar no vigésimo congresso (extraordinário) daquela Associação.-----

---Foi presente a proposta que a seguir se transcreve: “Proposta de eleição de representante e suplente dos Presidentes das Juntas de Freguesia no Concelho de Óbidos na qualidade de delegado ao Vigésimo Congresso Nacional da ANMP – Propõem-se os seguintes nomes: Representante – Sérgio Félix; Representante suplente – Joaquim Elias.”.-----

---Como não houve mais intervenções, foi a proposta posta à votação secreta, tendo sido aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor, quatro abstenções e quatro votos contra. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---PONTO NÚMERO SEIS - APRECIACÃO E EVENTUAL AUTORIZAÇÃO DA REPARTIÇÃO DOS ENCARGOS DO PROCEDIMENTO REFERENTE À AQUISIÇÃO DE UPGRADE, SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE SOFTWARE, FORMAÇÃO, AUDITORIA E CONSULTADORIA ÀS APLICAÇÕES GSE, GSP E MDD, POR SE TRATAR DE UM COMPROMISSO PLURIANUAL, CONFORME ESTIPULADO NA LEI NÚMERO OITO, BARRA, DOIS MIL E DOZE, DE VINTE E UM DE FEVEREIRO – LCPA:

- Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número três mil trezentos e trinta, de vinte e sete de junho do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual autorização a repartição dos encargos do procedimento referente à aquisição de upgrade, serviços de manutenção de software, formação, auditoria e consultadoria às aplicações GSE, GSP e MDD, por se tratar de um compromisso plurianual, conforme estipulado na Lei número oito, barra, dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro – LCPA.-----

---O Senhor Deputado João Lourenço disse que não tiveram tempo de ler e não percebem nada disto. O melhor, para poderem contribuir, com qualquer coisa, para resolver estes problemas, era ouvirem uma explicação sobre os mesmos. Se eles foram apresentados é porque, naturalmente, a Câmara Municipal tem pressa em que eles sejam resolvidos. Para poderem contribuir, lucidamente e conscientemente, com qualquer deliberação, era necessário que lhes fosse explicado cada um dos novos pontos, porque não tiveram tempo de pensar em nada.-----

---O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal disse que é um pedido de autorização para repartição de encargos relativo ao software que o Município adquiriu. É preciso os serviços de manutenção de software e de consultadoria, porque a alternativa que lhes restava era irem ao mercado. Ir ao mercado significa ir a mais duas empresas, nomeadamente, Medidata e Airc, para fazer esta aquisição. Isso significa fazer investimentos de várias centenas de milhares de euros e que, neste momento, não é recomendável estarem a fazer isso. Portanto, como o Município tem estas plataformas, deve de racionalizar ao máximo e tratar de ter os respetivos procedimentos para manter este equipamento a

funcionar.-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos disse que podia votar favoravelmente alguns destes pontos. Não teve tempo de os ler, nem de os apreciar. O seu voto vai ser desfavorável. Vai-se abster. Têm sete dias úteis para entregar a documentação. Já não é a primeira vez que os documentos são entregues na hora. Isto não faz sentido nenhum.-----

---O Senhor Deputado João Lourenço perguntou se para incluir na ordem de trabalhos um ponto destes é, ou não, necessária uma maioria qualificada da Assembleia Municipal. É que se for, é capaz de não ser fácil, porque houve sete votos contra. Se estão quinze, é só o dobro. Se isso precisa de dois terços está tudo mal. Parece-lhe que o regimento, ou mesmo a Lei, é um bocadinho mais exigente. Como votaram contra, pode não haver quórum para ser admitido. Não sabe se precisam de alguma maioria qualificada.---

---O Senhor Deputado Rui Henrique disse que não são precisos dois terços. Está cumprido.-----

---Como não houve mais intervenções, foi a autorização da repartição dos encargos do procedimento referente à aquisição de upgrade, serviços de manutenção de software, formação, auditoria e consultadoria às aplicações GSE, GSP e MDD, por se tratar de um compromisso plurianual, conforme estipulado na Lei número oito, barra, dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro – LCPA, posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com vinte votos a favor e quatro abstenções. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---PONTO NÚMERO SETE - APRECIACÃO E EVENTUAL AUTORIZAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS DO PROCEDIMENTO REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES URBANOS, POR SE TRATAR DE UM COMPROMISSO PLURIANUAL, CONFORME ESTIPULADO NA LEI NÚMERO OITO, BARRA, DOIS MIL E DOZE, DE VINTE E UM DE FEVEREIRO – LCPA: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número três mil trezentos e dezoito, de vinte e sete de junho do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual autorização a repartição de encargos do procedimento referente à Prestação de Serviços de Transportes Urbanos, por se tratar de um compromisso plurianual, conforme estipulado na Lei número oito, barra, dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro – LCPA.-----

---O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal disse que se trata de uma autorização para repartição de encargos de um procedimento de ajuste direto para transportes urbanos, designado OBI. A concessão dos transportes para esta zona foi dada à Rodoviária do Tejo. Mesmo que quisessem consultar o mercado, estavam barrados por isso.-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos disse que já leu este ponto, mas não teve tempo de o apreciar. Vai votar contra. Há aqui uma situação referente aos trabalhadores, que é abrangida pelo quadro e pelas propostas governamentais, no sentido de haver uns cortes. Não concorda. Tem que haver acertos de horários. Não concorda que haja acertos no sentido de cortar no salário dos trabalhadores. As pessoas não devem andar a trabalhar de graça. Não teve tempo de apreciar, mas mexe um bocadinho com os trabalhadores que fazem o transporte.-----

---O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal disse que o Senhor Deputado Custódio Santos está a fazer muita confusão com outras matérias. Isto nada tem a ver com o passe quatro, dezoito. Não tem nada a ver com isso, não tem nada a ver com os cortes à Carris ou a outra empresa, até porque é uma empresa privada que presta o serviço. A redução que se tem falado não tem nada a ver com este sistema. Isto não é transporte para os alunos, é o transporte para a população em geral. Não tem nada a ver com isso.-----

---Como não houve mais intervenções, foi a autorização da repartição de encargos do procedimento referente à Prestação de Serviços de Transportes Urbanos, por se tratar de um compromisso plurianual, conforme estipulado na Lei número oito, barra, dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro – LCPA, posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com vinte e um votos a favor e três abstenções. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---PONTO NÚMERO OITO - APRECIACÃO E EVENTUAL AUTORIZAÇÃO PARA A ALIENAÇÃO DE DOIS PRÉDIOS NO BOM SUCESSO E CONSEQUENTEMENTE DE NOVO RESERVATÓRIO E RESPECTIVOS EQUIPAMENTOS NO DOMÍNIO MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA I) DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS E ALÍNEA A) DO NÚMERO SEIS DO ARTIGO SESSENTA E QUATRO, AMBOS DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE, BARRA, NOVENTA E NOVE, DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI NÚMERO CINCO A, BARRA, DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO:

- Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número três mil trezentos e doze, de vinte e sete de junho do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual autorização a alienação de dois prédios no Bom Sucesso e consequentemente de novo reservatório e respetivos equipamentos no domínio municipal, nos termos da alínea i) do número dois do artigo cinquenta e três e alínea a) do número seis do artigo sessenta e quatro, ambos da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de setembro, com a redação dada pela Lei número cinco A, barra, dois mil e dois, de onze de janeiro.-----

---O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal disse que o assunto já foi tornado público. Ao que parece, os Senhores Deputados do PS já tomaram uma posição. Estão completamente esclarecidos. Tiveram um alvará que foi levantado dia nove de setembro, cuja decisão foi tomada em reunião de Câmara antecedente à emissão desse alvará, em que foi votado por unanimidade a autorização desta alienação, barra, permuta, de dois depósitos, neste caso, de um reservatório, que há época havia sido avaliado, ou foi avaliado posteriormente, na contrapartida de construir novos reservatórios, com quatro vezes mais capacidade para abastecimento de toda aquela população, no seu expoente máximo de ocupação do solo previsto no polo turístico, ali existente. Esses depósitos, hoje avaliados por uma auditoria externa, foram avaliados no valor de três, vírgula, seis milhões de euros, sem equipamentos. Isto quer dizer, sem os equipamentos de bombagem, instalações elétricas, etc. O Município, em sede de aprovação do alvará, aprovou a permuta de um depósito. Veio, publicamente, o PS, de forma pouco coerente, porque havia votado favoravelmente, agora, criar falsos problemas, em relação a esta matéria, na medida em que ele próprio não resolveu um problema e deixou, uma vez mais, a este Executivo a resolução do mesmo. Foi construir e recorrer a financiamento europeu para construir, em mil novecentos e oitenta e oito, depósitos em propriedade privada, sem qualquer título de direito de superfície. Foram eles, em sede de emissão de alvará que procuraram assegurar a construção de novos depósitos e que resolveram, em sede de registo e inventário, aqueles imóveis, para se poder fazer esta alienação, barra, permuta. O Município acabou por fazer um encaixe, do ponto de vista patrimonial, de cerca de dois, vírgula, seis milhões de euros, isto é, se os reservatórios construídos em mil novecentos e oitenta e oito vão ser agora objeto de permuta para o dono do terreno, para implantação de um hotel. Vai deixar de ter um milhão para ter três, vírgula, seis milhões no seu ativo, com um custo, para o Município, de zero euros e com uma mais-valia, para além de ter reservatórios com quatro vezes mais de capacidade. Tem custos de bombagem e custos correntes mais baixos do que tinha até então. Fica estarecido, como é que é possível, o PS vir a correr procurar fazer estragos. Á última da hora mete em causa tudo o que tomou como decisão e mete em causa, inclusive, numa época particularmente difícil, projetos como a construção de um hotel. Quando aprovou o alvará, não viu onde estava implantado o hotel. Ou acha que para recorrer a fundos comunitários é assim, já está, não há pareceres do Instituto do Turismo, não há licenciamentos a decorrer, não há garantias bancárias. É assim que tratam os investidores? É assim que fazem bandeira, porque estão a aumentar a taxa de desemprego em Óbidos. O PS aí tem dado um forte contributo. É certo que o desemprego não é responsabilidade das autarquias, mas se seguissem essa linha, contribuíam seriamente para o aumento da taxa de desemprego e para a redução de investimento privado no concelho. Se é assim que tratam os investidores, de facto, fica sem saber como é que pode tratar com os mesmos. Como é que esta Câmara Municipal pode continuar a atrair, no pico da crise, investidores a levantarem

alvarás, como o caso da Falésia, o caso do Royal Óbidos? Continuam a querer fazer hotéis, mesmo sem os bancos emprestarem dinheiro. Acha de todo irresponsáveis estas atitudes. Atitudes de procurarem, de alguma maneira, instrumentalizar terceiros, para fazer, inclusive, queixas à Comissão Europeia. Deviam de meter a mão na consciência. Deviam pensar, seriamente, que o PS, de facto, criou-lhe um problema. E esse pode ser um problema. Recorrem a fundos para fazer investimentos em propriedade de terceiros, de privados.-----

---O Senhor Deputado José Botelho perguntou quanto é que vão custar estes reservatórios e quem é que os vai pagar.-----

---O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal disse que estes depósitos não vão custar, já custaram, já estão construídos, já começou a fase experimental para ver se está tudo bem com o enchimento dos mesmos. Estes depósitos foram avaliados em três, vírgula, seis milhões de euros. Quem pagou foi a empresa Royal Óbidos.-----

---O Senhor Deputado João Lourenço disse que não consegue compreender este problema, porque precisa de o estudar, não o conhece. Já que foi posta em causa a posição que o PS tomou, pediu à Mesa da Assembleia Municipal, ou ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, para que o Senhor Vereador José Machado explique das suas razões, porque, pelo pouco que sabe e ouviu falar, ele votou contra a demolição. Isto tem, ou não tem, em conta a demolição de um depósito? Não percebeu este esquema de alienação, barra, permuta. O que é que vai abaixo, o que é que fica? Trocam-se os reservatórios pelo espaço de um hotel? Não percebeu. Depois há uma tomada de posição pública da Comissão de Moradores do Bom Sucesso, que já fez, ou vai fazer, uma exposição à União Europeia, em circunstâncias que desconhece. Também, algumas razões essa Comissão de Moradores terá. Só há uma coisa que sabe, e aí pensa que tem razão. Uma coisa com estas implicações todas jamais deveria aparecer na Assembleia Municipal, há meia hora, pelos interesses em jogo, pela envergadura das quantias. Isso é inequívoco. Solicitou que deixassem ouvir a versão da oposição e que lhe explicassem porque é que a Comissão de Moradores, que estará dentro disto e estará a sofrer consequências de alguns interesses que terão, também, a ser feridos, fez isto. Parece que o assunto não é tão linear como isso. Se a questão não é linear, porque é que os obrigam a votar assim? Ainda não teve tempo de ler o ponto, cuidadosamente, para poderem votar. O que era mais natural era que isto não fosse votado hoje. Não percebe qual é a pressa, porque não foi dada qualquer justificação para esta urgência, numa coisa de uma importância, que, pelos vistos, não é tão pequena quanto isso.-----

---A Senhora Deputada Ana Carvalho chamou à atenção para o ponto terceiro, onde vem referido: “integração no domínio municipal do novo reservatório do Cabeço da Serra ..., cujo valor ascende a três milhões seiscentos e dez mil duzentos e cinquenta euros, de acordo com a avaliação em anexo.”. Essa avaliação não lhes foi concedida. Pensa que não estão em condições de poder votar este ponto. O Grupo Municipal do PS gostaria de verificar qual era a avaliação em anexo, que não vem junta ao processo, lamentavelmente.-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos disse que o documento, para além de ser entregue à hora, é inconclusivo. O interesse é o negócio. Parece que o negócio está sempre acima de tudo e de todos. Dizem que vão ter uns depósitos maiores, com mais capacidade. Parece-lhe que não é isso que está em causa. O que está em causa, de facto, é o negócio do hotel. Isto vem agora, apressadamente, e afinal está tudo feito. Caso não seja aprovado, já toca a prejuízo do Município, e não é tão pequeno como isso, por aquilo que entende. Acha que as coisas não foram analisadas corretamente. Não sabe se os depósitos que lá estão têm capacidade de alimentação daquela zona. Se calhar até têm. Se calhar não é preciso outros com mais capacidade. O que está em questão é demolir aqueles, porque já há outros para os substituir.-----

---O Senhor Deputado José Botelho disse que não lhe parece que as questões que tenham sido levantadas sejam novas. Está lá o valor da avaliação, a não ser que se duvide de que a Câmara Municipal tenha

apresentado um valor que afinal não é conforme com aquele que consta do relatório dos peritos. Essa dúvida é miserável. É uma questão de boa-fé em que todos estão e pô-la em causa é miserável. Pôr em causa a veracidade da informação relativa a valores, só por si mesmo, é grave. Se já estão construídos é porque estavam no alvará que foi aprovado por unanimidade. Isso é competência da Câmara Municipal. Agora trata-se da formalização do terreno A e do terreno B, relativamente a um custo que a Câmara Municipal não suportou, para ampliar a capacidade de armazenamento da água.-----

---A Senhora Deputada Ana Sousa disse que relativamente à questão do boa-fé, gostaria de pegar nesta palavra e referir-se à intervenção do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que quando teve oportunidade de a esclarecer sobre esta matéria, fundamentou o seu tempo, basicamente, em levantar questões de ataque ao PS e levantou duas questões que gostaria que concretizasse, porque deixá-las no ar, parece que lhe fica um pouco mal. É de que o PS tem contribuído para a taxa de desemprego no Concelho. Gostaria que concretizasse em que momentos é que intervieram de tal forma e da questão de estarem a instrumentalizar terceiros. São duas situações que acha que ficam muito mal dizer na Assembleia Municipal, sem ter provas desse efeito. Não se revê nessas palavras.-----

---O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal disse que não quis deixar a Senhora Deputada Ana Sousa nesse estado. Recorde-se só do dia de hoje. Veja a Livraria de São Tiago. Que contributo é que deu para a criação de postos de trabalho? As escolas que construíram, que contributos têm dado? A alienação de alguns imóveis para privados, que contributos têm dad?. Concursos para pessoal, que têm votado contra. Há verdades que são inconvenientes, são chatas, criam dor. Têm que arcar com as decisões que tomam, para o bem e para o mal. A questão do hotel é outro forte contributo que estão a dar. Felizmente que estão de juízo perfeito. O PS faz declarações públicas e não conhece o assunto. Esta é pior do que a primeira. Em sede de emissão de alvará aprovaram por unanimidade a construção de novos reservatórios para substituição dos reservatórios existentes, com dois depósitos de quinhentos metros cúbicos, células de mil metros cúbicos, num total de mil metros cúbicos. Duas células, quinhentos metros cúbicos, era o que tinham. Disseram em sede de alvará que a implantação do hotel fica na zona onde estão construídos os depósitos, mas em contrapartida vão construir, noutra sítio, quatro células de mil metros cúbicos, cada célula, ou seja, quatro mil metros cúbicos, nestas condições. Foi isso que aprovaram em sede de alvará. Hoje, o que estão a decidir é a alienação, barra, permuta, de um conjunto de reservatórios que valem um milhão de euros, por outro, que vale três, vírgula, seis milhões de euros, a favor da Câmara Municipal, sem custos, sem mais nada. Deus queira que continuem a existir negócios entre privados, em benefício de todos os munícipes. Este dinheiro, que representa uma diferença, dos primeiros reservatórios, que já existiam, para os últimos, não significa entrada de dinheiro na Câmara Municipal. Significa entrada de ativo imobilizado, edifícios, bens, é isso que isto significa. Se não concordam com a permuta de reservatórios, com o valor de um milhão de euros, por outros, em benefício do Município, por três, vírgula, seis milhões d euros, têm sempre a liberdade de votar contra. Votem contra. Agora, a Câmara Municipal demorou muito tempo para resolver estes problemas. Mas demorou o tempo suficiente para os resolver. Coisa que o PS, enquanto esteve na Câmara Municipal, nunca resolveu e que lhes criou esse problema. Se não tivessem acautelado e negociado isso, hoje, se calhar, estavam a braços, porque tinham edifícios, tinham reservatórios, construídos em terrenos privados, terrenos de terceiros e ficavam sem depósitos. Ou então ainda tinham de indemnizar por bem feitorias sem autorização formal. Mas os Senhores Deputados gozam com isto. Pediu à Mesa da Assembleia Municipal para dar a palavra ao Senhor Vereador Pedro Félix, que acompanhou este processo de perto e foi parte da solução.-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos disse que quando há situações polémicas e negócios, em tanto ou quanto, muito pouco claras, aparece na Assembleia Municipal, na hora. Já não é a primeira vez. Tinham este negócio há muito e já há muito que sabiam desta situação. Adaptam-se à situação, tal e qual como ela aparece. É assim um tipo de camaleão. Se aparece um público ou umas determinadas pessoas que têm a

ver com os assuntos, mudam logo de caráter. Porque razão é que já estão construídos os novos depósitos, em terrenos privados e há uma troca daqueles depósitos por um hotel? Agora querem autorização da Assembleia Municipal para demolir os ditos depósitos antigos, para dar ação aos mais novos. Depois diz que é custo zero e que a Câmara Municipal vai ficar mais enriquecida, porque aqueles valem três milhões, enquanto os outros valem um milhão. Isto é tudo muito esquisito. Espera bem que não estejam a contas com o Tribunal de Contas, por estas situações. Vai votar contra.-----

---O Senhor Vereador Pedro Félix disse que importa fazer um esclarecimento mais técnico do que político, porque isto é uma questão meramente técnica. É causada por uma situação política. O fato do Município, hoje, ter o seu património inventariado é que os obriga a estar a discutir este assunto. Se as infraestruturas fossem terminadas há um ano atrás, nem sabiam disto. Há um alvará que é emitido em dois mil e sete e, antes da emissão desse alvará, os projetos obrigam a uma análise cuidada da parte técnica, relativamente às infraestruturas que abastecem e que vão abastecer os resorts que estão em construção. A capacidade instalada de reservatórios de água que abastece a zona da Turisbel e a zona da Praia D'El-Rey é de cerca de mil metros cúbicos de água. Com a construção destes novos resorts foi necessário aumentar essa capacidade. Tecnicamente e analisado com os técnicos que fizeram as especialidades do resort, foi decidido, tendo em conta a futura aprovação, que já aconteceu e já foi emitido o alvará da Falésia, de construir um conjunto de reservatórios que abastecessem, definitivamente, toda aquela zona. Estabeleceu-se como capitação e a necessidade da criação de um reservatório de quatro mil metros cúbicos. Isto permite, com garantia, que não possa haver problemas com o fornecimento. Aquela zona é abastecida pelas Águas do Oeste, mas numa situação de rotura, pode, eventualmente, não chegar no dia, na hora. Esta capacidade garante que durante três, ou quatro dias, vão ter água, mesmo que não a recebam das Águas do Oeste. Este processo foi um processo claro, translucido, não há negócios, não há corrupções. Foi analisado tecnicamente, foi esta a conclusão. Existem dois reservatórios naquela zona que são da Câmara Municipal. Um feito nos anos sessenta, pela Turisbel, que está implantado nos terrenos da Falésia. Outro, feito nos anos oitenta, oitenta e seis, com custo para a Câmara Municipal de quinze mil contos, feito nos terrenos da Quinta do Bom Sucesso. Supostamente, foram autorizados antes de serem construídos, na altura em que o Concelho passou a ter rede de distribuição de água. Há dois reservatórios e há duas demolições de reservatórios. Aquilo que foi dado à equipa projetista e ao promotor foi a hipótese de, mantendo aquelas duas células, ampliarem a capacidade, porque o que interessava à Câmara Municipal era que se garantisse água. Os reservatórios ali, ou noutra parte, desde que abastecessem toda a zona, era indiferente. A proposta do promotor, dentro das obras e dos projetos de especialidades, foi de relocalizar os reservatórios, porque aquela zona é uma zona com uma vista e uma entrada do resort. Não fazia sentido terem uns trambolhos, que são dois reservatórios redondos, junto à entrada. Perceberam isso, aceitaram a relocalização dos reservatórios com a efetiva ampliação da capacidade. Há um protocolo tripartido entre a Câmara Municipal, Royal Óbidos e Falésia de Óbidos, em que a Falésia, que está agora a iniciar as infraestruturas, colabora e comparticipa nesta construção dos reservatórios com a Royal Óbidos, que, porque foi a primeira, teve que os terminar e pôr em funcionamento. Hoje, existem, naquele local, quatro mil metros cúbicos de água para servir toda a gente da Turisbel. Fica, naturalmente, estranho, porque é que a Comissão de Moradores vem fazer o que quer que seja, porque o assunto não tem nada a ver com eles. Eles querem é ter água de qualidade, bem tratada, com caudal, em pressão. É isso que precisam as pessoas, é essa a função da Câmara Municipal. O empreendimento terminou as suas obras de infraestruturas, pediu a receção provisória das mesmas. Têm andado a verificar se a rede de águas, rede de saneamento, elevatórias de esgotos, que vão ficar da responsabilidade do Município, estão em condições. Os próprios reservatórios foram inspecionados, foram verificados. Estão numa fase de transferência das instalações pela receção provisória das obras de urbanização. A casa onde estão hoje, foi demolida e não teve que ir à Assembleia Municipal, porque não constava do património da Câmara

Municipal, porque nunca o teve. Por isso é que está feito o novo edifício. Teve que ser demolido o antigo. Ali é a mesma coisa. Não foi agora à pressa, foi em dois mil e sete. Entretanto, o Município criou o inventário municipal, e o que vem hoje à Assembleia Municipal é que formalmente autorize que a Câmara Municipal cumpra um alvará emitido, aprovado em reunião de Câmara, e que cumpra aquilo que prometeu, que escreveu e que assinou em dois mil e sete.-----

---O Senhor Vereador José Machado, quanto à referência à Comissão de Moradores do Bom Sucesso, nada pode acrescentar. Apenas verifica que a composição da Comissão referida no comunicado que está na imprensa tem pessoas de grande credibilidade, porque fizeram parte de uma Comissão de Honra da candidatura do Dr. Telmo Faria. Portanto, isso é um indício, para si, de que são pessoas credíveis. Aliás, o Dr. Telmo Faria também é uma pessoa que merece consideração a todos, independentemente de divergências políticas que possam haver. Quanto a isso, certamente têm a sua credibilidade, mas pessoas credíveis podem errar, eventualmente. Não acham estranho que há poucos meses tivesse sido feita uma grande obra de conservação de pintura, de arranjos exteriores, de uma nova vedação dos depósitos. Não foi a Câmara Municipal que a fez, foi o promotor, e a Câmara Municipal autorizou. Quando viu aquilo e associado a mais dois factos da maior relevância. O ano passado foi duas vezes à Câmara Municipal proposta que mereceu votação unânime, para que aqueles depósitos, que não estavam registados no património da Câmara Municipal, assim como não estavam muitas outras obras que foram feitas, quer no tempo da atual Presidente da Câmara Municipal, quer do anterior, quer ainda mais recuado, passarem para o património. Isto estava lá incluído. Quando viu lá incluídos estes e valorizados em mais de um milhão de euros, um conjunto é de um milhão cento e tal mil e euros, o outro é de trinta e tal mil euros, admitiu que a sua sugestão tinha sido aceite, quando foi aprovado, também por unanimidade, o projeto do empreendimento Royal Óbidos, no qual o Senhor Vereador Pedro Félix referiu que havia um problema de distância, de afastamento, entre os depósitos e o hotel. Disse que como nada está construído e há para ali tantos hectares, faz-se um pequeno reajustamento. Mas na altura o que estava em discussão era o projeto na generalidade, sem prejuízo de poder ter, depois, retificativos. O assunto ficou assim. Quando viu passar para a Câmara Municipal e, legitimamente, tratar do processo de passar para o seu património este valor todo, depreendeu que a sua sugestão iria ser oportunamente concretizada. Porém, na sessão de Câmara de trinta de maio, pública, realizada no Olho Marinho, surgiu uma proposta de demolição dos depósitos. Contrariamente a algumas propostas que são muito detalhadas, vinha com poucas linhas. Disse que não havia condições para se votar isto, hoje, porque a proposta não está bem instruída, de acordo com o seu entendimento. Passa-se isso para outra sessão e vão esclarecer, todos, estes assuntos. A maioria política forçou a votação. Votou contra, com uma declaração de voto que pode disponibilizar. Estranhamente, na sessão de Câmara, pública, de ontem, na A da Gorda, sucede que no outro dia, à noite, é mandado como ponto extra-agenda, esta proposta. Perguntou o que era isto. Disseram-lhe que era mais ou menos a mesma proposta do dia trinta, mas tinha que ir à Assembleia Municipal. Disse que a outra estava mal elaborada tecnicamente, esta melhorou, nalguns aspetos, mas ainda não está em condições, porque não define, com clareza, se isto se trata de uma permuta, se é uma alienação, de que tipo e para retirar do património um milhão e tal de euros. Houve declarações, públicas, do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal à imprensa, dizendo que os depósitos tinham mais de trinta anos e, portanto, eram anteriores à possibilidade de serem apoiados por fundos comunitários. Depois, noutras declarações, há outras datas, e agora já cai dentro de período de pertencerem, na altura, à CEE. O que diz e repete é que tendo sido comparticipada essa obra por fundos comunitários, é preciso analisar com cuidado isto, porque foram essas e estas que agora vão ser entregues. Estas também foram apoiadas por intermédio do empreendimento Royal Óbidos. Para a mesma coisa, o que faria sentido, se houvesse necessidade, era uma ampliação dos depósitos e havia soluções alternativas. Face à situação atual, isto precisa de uma solução de bom senso. Há um outro ponto que se tem que resolver com este empreendedor. Acha que

deve ser um pacote, um conjunto. Fizeram-se aquelas obras e foi emitida a declaração de impacto ambiental no pressuposto de que a seguir às infraestruturas avançavam as construções. Sucede que, devido à crise se ter agravado e ao mercado estar difícil, aquilo está com um aspeto desértico e as areias, com os ventos, vão para a Lagoa. É preciso uma solução de pôr vegetação, durante os anos em que aquilo não se conseguirá construir. Deve resolver-se isto com serenidade, tendo em consideração que os fundos comunitários, quando são utilizados, mesmo que seja por uma empresa privada e depois entregues bens à Câmara Municipal, não podem ser utilizados noutra coisa. Face à situação há aqui uma trapalhada. A Câmara Municipal, há dias, num comunicado, disse que quando alguém erra, deve pedir desculpa pública. Aqui, foi a Câmara Municipal que errou os serviços, dado que se aprovou duas vezes, o ano passado, que isto passava para o património da Câmara Municipal e agora, o que se está a tratar, é retirar isso. Por conseguinte, há no mínimo uma trapalhada jurídica ou administrativa da Câmara Municipal. No mínimo é isto.-----

---O Senhor Deputado José Botelho disse que tinham reservatórios de água em terrenos que não são da Câmara Municipal. Agora passam a ter reservatórios de água em terrenos que são da Câmara Municipal. É a questão que foi posta para votar. Com a ampliação de quatro vezes mais de capacidade, sem qualquer custo para o Município. Dizer que isto é uma trapalhada. Isto é claro. Isto é resolver uma trapalhada, uma trapalhada anterior, que teve origem nos mandatos executivos do PS. O que foi feito, não foi esclarecer ninguém, foi lançar a confusão, meter os dedos pelos olhos dentro dos membros da Assembleia Municipal, relativamente a uma questão que é muito simples e clara. Trata-se de pura formalização de uma situação que está lá. Estão lá os reservatórios em terrenos que não são da Câmara Municipal. Aqueles dois trambolhos que estão ali há trinta anos não podem ser demolidos, vão classificá-los como imóveis de interesse concelhio. Não fez o ponto de ordem à Mesa imediatamente à intervenção do Senhor Vereador José Machado, mas quando entrou em comício para os convencer destes dois pontos, foi obrigado a fazê-lo.-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos disse que pensava que ia ser a Assembleia Municipal mais sossegada, mas afinal é uma das mais polémicas e há aqui dois pesos e duas medidas. Há falta de educação quando as pessoas interpelam as outras, quando estão a falar. Afinal todos cometem o mesmo erro. Não se deixa as pessoas concluírem o seu raciocínio. Isto é uma tristeza. Espera bem que mudem de carácter e passem a respeitar a oposição, para que sejam também respeitados.-----

---O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal disse que foi criado um anátema em relação aos fundos comunitários. Quem ocupa posições públicas tem que ter segurança daquilo que está a dizer. O Senhor Vereador José Machado vem aqui, em contexto diferente, invocar declarações suas. As suas declarações têm a ver com os reservatórios Turisbel – Casalito. Relativamente aos depósitos do Royal Óbidos houve efetivamente financiamento, mas nas regras dos fundos comunitários, sabem que são seis anos. Era o que faltava agora, toda a economia parava, não podiam fazer transformação, ou alterar, porque tinham tido fundos comunitários. Tinham que estar o resto da vida sem mexer nas coisas. Isto mostra a preparação com que as pessoas estão. Estes truques, estes malabarismos, já são conhecidos. O Senhor Vereador José Machado foi desafiado na reunião do Olho Marinho, mas isso não referiu, para resolver, então, o problema, encontrar uma solução com o promotor. Esta atitude do Senhor Vereador José Machado e do PS, infelizmente, é o habitual. É hostilizar investidores, hostilizar quem procura Óbidos para investir ou para morar.-----

---Como não houve mais intervenções, foi a autorização para a alienação de dois prédios no Bom Sucesso e conseqüentemente de novo reservatório e respetivos equipamentos no domínio municipal, nos termos da alínea i) do número dois do artigo cinquenta e três e alínea a) do número seis do artigo sessenta e quatro, ambos da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de setembro, com a redação dada pela Lei número cinco A, barra, dois mil e dois, de onze de janeiro, posta à votação, tendo

sido aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor, seis votos contra e duas abstenções. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---O Senhor Deputado Victor Mata disse que nunca ouviu falar deste assunto e parece que o mesmo já tem barbas. Pelo que ouviu hoje, já é um assunto muito antigo e acha que já devia ter sido discutido há mais tempo, ou, pelo menos, ter sido dado conhecimento desta matéria. Ficou agora a conhecer. Não é por desconfiança em relação ao processo em si.-----

---Foi presente a declaração de voto do Grupo Municipal do PS, que a seguir se transcreve: “Declaração de Voto – O Grupo Municipal do PS na Assembleia Municipal votou contra pelas seguintes ordens de razões: Um – O assunto agora em debate foi apresentado a esta Assembleia no início desta sessão o que impediu uma análise minimamente refletida sobre a questão, a qual apresenta grande complexidade dados os valores envolvidos na demolição e os interesses envolvidos; Dois – A Comissão de Moradores do Bom Sucesso manifesta também a sua pública oposição e apresenta a sua reclamação junto da União Europeia. Por tudo isto, o PS entende que a discussão e votação de tal questão, neste momento, é manifestamente reprovável e, por isso, votámos contra.”-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos disse que roubaram as chapas que protegem a eletrificação da barragem. A qualquer momento podem roubar, também, os cabos elétricos.-----

---PONTO NÚMERO NOVE - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM A ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE, BARRA, NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI NÚMERO CINCO A, BARRA, DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO: - Como não houve intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

---PONTO NÚMERO DEZ - PERÍODO FORA DA ORDEM DO DIA – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: - Foi dada a palavra aos Municípes presentes. Como não houve intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

---Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pelas zero horas e vinte minutos, do dia vinte e nove de junho do corrente ano. E eu, Celeste Maria Ferreirinho Afonso, Segundo Secretário desta Assembleia Municipal, lavrei esta ata que vou assinar.-----